

# A GESTÃO MUNICIPAL NO ESTADO DO AMAPÁ

**André Lins de Melo<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Amapá

[andrelins.35@gmail.com](mailto:andrelins.35@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O texto integra a pesquisa de mestrado que resultou na dissertação: *Os sistemas municipais de ensino do Amapá e a municipalização: aspectos contraditórios de uma gestão conservadora e dependente (2012)*. Seguindo o materialismo histórico e dialético e tendo por base autores como Silva Júnior (2002); Davies (2004); Torres (2007); Bordignon e Gracindo, Bruno, Libâneo, Oliveira, Paro, Santos (2008); Sguissardi e Silva Júnior (2009); Libâneo (2010), Romão (2010), buscou-se analisar a gestão dos Sistemas Municipais de Ensino no Amapá (SME) por meio de análise documental e treze entrevistas onde os sujeitos eram gestores municipais da educação.

Constatou-se que o processo de municipalização, no contexto de Reforma do Estado em curso desde os anos 1990, tem atendido aos interesses do Estado enquanto reprodutor do Capital e mediador de conflitos com vistas a garantir a manutenção do poder nas mãos das elites nacionais, regionais e locais, pois ao descentralizar da União e estados para os municípios apenas as ações operacionais, deixando as decisões estratégicas centralizadas nas mãos de um núcleo burocrático federal e estadual, os grupos políticos e sociais que detém a hegemonia desse núcleo garantem a continuidade de seu poder. Embora o núcleo burocrático municipal fique mais fragilizado diante da imposição de mais encargos, os grupos que o controlam continuam a exercer seu poder sobre as unidades executoras. O processo de municipalização não implica necessariamente na descentralização do poder, podendo ocorrer sem qualquer

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, Professor Assistente no colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Amapá.

característica descentralizadora, se a gestão municipal for centralizadora e autoritária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Consoante a análise das informações obtidas durante a pesquisa verificou-se que a centralização na administração municipal tem sido uma tendência recorrente em terras amapaenses. Percebeu-se a contradição existente entre o discurso oficial e ideológico que preconiza a municipalização como mecanismo de descentralização do ensino e a forma centralizada como se encontra organizada a administração do aparato educacional municipal. A subordinação aos arbítrios do prefeito revela a persistência de um centralismo que não se restringe apenas à administração da educação municipal amapaense, sendo predominante nos regimes políticos e administrações de toda a América Latina.

No Brasil está presente em todas as esferas administrativas, porém tem se mostrado incapaz de resolver os graves problemas enfrentados pelos sistemas de ensino brasileiros, a fim de garantir uma educação com alto padrão de qualidade para todos. Esse centralismo se expressa no caso amapaense principalmente na administração dos recursos financeiros, pois os interlocutores entrevistados foram categóricos ao afirmar que a gestão é centralizada nas mãos do prefeito e/ou do secretário de finanças, são eles os ordenadores de finanças da educação. O predomínio das determinações dos secretários de finanças revela o caráter economicista que tem norteado a gestão da educação nos municípios amapaenses. Segundo os interlocutores a dependência das decisões do prefeito e/ou do secretário de finanças inviabiliza a rápida resolução de problemas como a falta de energia elétrica nas escolas, assim como a consecução de materiais necessários (freezer, bebedouro etc.) ao bom funcionamento da escola. Até mesmo os trabalhos desenvolvidos pelo SME são inviabilizados por falta de transporte, tais como acesso às capacitações ou seminários desenvolvidos em outros municípios.

O atraso nos repasses e a morosidade dos processos é uma das principais críticas apontadas, sendo que a centralização das decisões nas mãos do secretário de finanças provoca certo distanciamento entre as necessidades

dos SME e o que é realmente aplicado na educação, sendo as escolas, professores e alunos os mais afetados com essa situação. As informações analisadas dão conta também da prevalência da lógica idiossincrática na gestão dos SME no Amapá materializada na centralização das decisões sobre o orçamento e do uso dos recursos financeiros da educação municipal nas mãos dos prefeitos e/ou secretários de finanças, marcada pela primazia de relações verticais não salutares à participação autônoma e ativa dos diversos segmentos sociais envolvidos com a educação municipal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de gestão que dá sustentação a esses tipos de relações pauta-se numa concepção educacional que tem sua origem no paradigma racional positivista, no qual a relação sujeito/objeto é vista de forma fragmentada e onde prevalece a ideia de que no SME cabe ao gestor das finanças e/ou prefeito deliberar sobre a melhor forma de alocar e gerir o orçamento da educação a fim de garantir a manutenção e reprodução de uma relação vertical na qual o topo da estrutura de poder é ocupado pelo prefeito e seu secretário de finanças, seguido pelo secretário de educação e a base é ocupada por professores, alunos, pais de alunos e toda a comunidade escolar e local.

## **REFERÊNCIAS**

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela de S. (Org.). *Gestão da Educação: impasses, perspectiva e compromissos*. 6. ed. São Paulo. Cortez, 2008. p. 147-176.

BRUNO, Lúcia Emília Nuevo Barreto. *Gestão da educação: onde procurar o democrático?* In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fatima Felix (Org.). *Política e gestão da educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a. p. 19-40.

\_\_\_\_\_. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade de. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b, p. 15-45.

DAVIES, Nicholas. *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A municipalização do ensino no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade de. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 174-198.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MELO, A. L. *Os sistemas municipais de ensino do Amapá e a municipalização: aspectos contraditórios de uma gestão conservadora e dependente*. 2012. 216 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, 2012

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. *Sistemas municipais de educação: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a educação no município*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. *Conversas impenitentes sobre gestão na educação*. Belém: EDUFPA, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 109-136.